

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**  
**Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional**  
**Período de Análise: agosto de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro Rural  
Agroanalysis  
Carta Capital

## Índice

<b>Governo volta a apostar na formação de estoque – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 09/08/2010 .....</b>	<b>4</b>
<b>Retrato de subdesenvolvimento – Rafael Galdo – O Globo – O País – 21/08/2010</b>	<b>5</b>
<b>Mais crianças catam lixo – O Globo – Capa – 21/08/2010 .....</b>	<b>6</b>
<b>Número de crianças catadoras cresce e hoje é de 5.636 – Rafael Galdo, Duilo Victor e Efrém Ribeiro – O Globo – O País – 21/08/2010.....</b>	<b>7</b>
<b>IPCA-15 registra nova deflação em agosto – Rennan Setti – O Globo – Economia – 21/08/2010 .....</b>	<b>8</b>
<b>Fome Zero: segurança alimentar e desenvolvimento social – Sítio Eletrônico do MDA – 27/08/2010.....</b>	<b>9</b>
<b>Brasil está mais capacitado para produzir alimentos e biocombustíveis – Sítio Eletrônico do MAPA – 30/08/2010 .....</b>	<b>12</b>
<b>Capacitação orienta técnicos sobre Pronaf Sustentável – Sítio Eletrônico do MDA – 30/08/2010.....</b>	<b>13</b>
<b>Pronaf integra a nova Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sítio Eletrônico do MDA – 30/08/2010.....</b>	<b>14</b>

De meados dos anos 1990 para cá, o Brasil passou por pelo menos duas experiências de marcante sucesso no campo da economia. Uma foi o controle da inflação a partir do Plano Real. É consensual que a política macroeconômica em vigor é a maior responsável pela estabilidade monetária. Outra experiência positiva é a redução que começa a ocorrer nos índices de concentração de renda e de pobreza. Suas causas ainda estão sendo investigadas. O Índice de Gini, que mede a concentração da distribuição de renda, caiu de 0,60 para 0,552 de 1994 a 2007. Nos seis anos entre 2001 e 2007, a extrema pobreza caiu sete pontos percentuais, estando na casa dos 10% da população hoje. Duas conquistas inéditas no Brasil! Vários analistas têm apontado, como responsáveis por esses avanços, o programa Bolsa Família, os aumentos de salário mínimo e das aposentadorias e pensões etc. Com isso, mais dinheiro (renda nominal) tem chegado às mãos dos mais pobres, ficando a falsa impressão de facilidade para vencer problemas crônicos. Alternativamente, os bons resultados podem ser atribuídos ao crescimento da disponibilidade de bens e serviços consumidos pela população mais pobre, com destaque para os alimentos. As medidas mencionadas acima -na forma de transferências de renda- aumentam a demanda; se a oferta não crescer, haverá elevação de preços e o impacto das medidas pode desaparecer, como sistematicamente ocorreu no passado com o salário mínimo, por exemplo. Seus aumentos nominais eram dizimados pela inflação que vinha em seguida. Felizmente, a oferta tem crescido expressivamente. Na agropecuária, José Garcia Gasques, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), calculou crescimento de produtividade de 82% após o Plano Real, o que permitiu queda de 45% nos preços reais de alimentos. Ao mesmo tempo, a produção agropecuária cresceu 80%. Aumentos de produtividade também foram observados na economia como um todo, porém em escala muito inferior -menos de 10%, conforme Fernando Holanda Barbosa, da FGV (Fundação Getúlio Vargas). Fernando Gaiger, do Ipea, verificou que, com a forte queda de preços, as famílias estão gastando menos com alimentação e vestuário e, com isso, estão melhorando a habitação e usando mais os serviços urbanos. Adriana Ferreira Silva, do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da Esalq/USP), avaliou em R\$ 642 bilhões o total de renda transferida da agropecuária para a sociedade, na forma de maior produção a menores preços entre 1995 e 2008. As conquistas no campo da pobreza e da desigualdade podem ter se devido, portanto, muito mais a grandes investimentos na geração de tecnologia e em incentivos para seu uso -que levaram a aumentos de produtividade na agropecuária- do que a mecanismos de transferência que, apesar de necessários, não são suficientes para garantir os avanços alcançados na luta contra a pobreza.

**Governo volta a apostar na formação de estoque – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 09/08/2010**

O governo mudou radicalmente sua política de intervenção nos mercados agrícolas nos últimos anos. De indutor da comercialização de safras por meio de subsídios ao escoamento da produção, o Tesouro Nacional voltou a bancar o modelo de formação de grandes estoques públicos adotado nos anos 1980.

A opção pelas aquisições diretas de produtos agrícolas custará ao país R\$ 630 milhões para “carregar” as atuais 8,03 milhões de toneladas de grãos sob custódia do Estado. São custos financeiros e de armazenagem. “Foi uma política deliberada de mudar de rumo”, afirma o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. “Foi uma decisão nossa pagar essa conta. Fizemos isso para garantir abastecimento e comida barata”.

A inflexão da política agrícola tem duas razões básicas. A crise de preços dos alimentos, ocorrida no início de 2008, causou temor no mundo e levou os países ao consenso de que era estratégico acumular grande quantidade de alimentos. “O governo tinha tomado a decisão de elevar estoques, mas as compras recrudesceram porque a FAO [braço das Nações Unidas no setor] induziu o discurso de perigo de falta de alimentos”, afirma o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Edílson Guimarães.

O ex-ministro José Graziano, hoje subdiretor da FAO na América Latina, teve papel fundamental para convencer o governo dessa necessidade. Atuaram a favor da recomposição dos estoques o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) e os ministérios do Desenvolvimento Social e da Fazenda. O ministro Guilherme Cassel afirma que, na crise de 2008, os preços dos alimentos subiram menos aqui do que no exterior.

“Na Europa e na Ásia, subiu 63%. Aqui, não chegou a 20%. Não dá para fazer política de abastecimento sem estoques”, diz Cassel.

A mudança na atuação do governo também foi causada pelo “descolamento” dos preços mínimos de garantia da média das cotações de mercado, o que levou os produtores a reforçar o lobby pelas compras diretas do governo.

Essa distorção foi causada pelo forte reajuste dos preços mínimos na safra 2008/09. À época, a crise dos alimentos forçava a demanda global e os produtores enfrentavam o segundo ciclo de forte alta nos custos de produção.

“O preço corrigido levou os produtores a vender mais ao governo”, reconhece Edílson Guimarães.

No ano passado, foram gastos R\$ 5,2 bilhões na operação da Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM).

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) tem hoje em seu poder 5,51 milhões de toneladas de milho em seus estoques.

Tem outras 1,21 milhão de toneladas de trigo e 990,6 mil de arroz. E mais 181 mil toneladas de feijão, quase 100 mil de café e 25 mil de sisal. “Ainda estamos sob impacto do susto de 2008”, avalia o diretor de Abastecimento Agropecuário do Ministério da Agricultura, Sílvio Farnese.

Ele reconhece que os outros países “estão saindo dessa posição de estoques altos”. Na safra passada, o governo fez muita compra direta (AGF), mas também reforçou sua política de exercer os chamados contratos de opção lançados no mercado.

Assim, o governo decidiu adquirir os produtos em vez de pagar a diferença entre preço mínimo e cotação de mercado. “Precisamos exercer opções de trigo, arroz e milho para recompor as posições”, lembra Guimarães.

Além dos custos de manutenção dos estoques, o governo gasta com a remoção das quantidades de uma região para outra. Tem que abrir espaço à outra safra. Como o frete é caro, muitas vezes o custo do produto no destino fica superior à cotação de mercado na região.

“Quanto menos intervenção, melhor. É uma política cara, às vezes exagerada. Mas quando o preço cai demais, não tem muito o que fazer”, afirma o diretor da Associação das Empresas Cerealistas do Brasil (Acebra), Arney Frasson. O analista Fernando Pimentel, da AgroSecurity, concorda: “É uma política compensatória pela falta de logística em fronteiras agrícolas”, diz ele.

## **Retrato de subdesenvolvimento – Rafael Galdo – O Globo – O País – 21/08/2010**

Pesquisa do IBGE mostra que, em 2008, 56% dos domicílios não tinham rede de esgoto.

Num país que é considerado a oitava maior economia do mundo, 32 milhões de domicílios (56% do total) ainda não eram atendidos por rede geral de esgoto em 2008, sexto ano do governo Lula. Os números, com contornos de calamidade pública, foram revelados na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) 2008, divulgada ontem pelo IBGE. De acordo com o levantamento, 2.495 municípios (44,8% do total) ainda eram totalmente descobertos de redes de esgoto dois anos atrás, e seus moradores tinham que recorrer a alternativas como fossas sépticas e rudimentares ou despejar esgoto em valões, rios ou terrenos vazios.

Dos temas investigados pela pesquisa do IBGE, (esgoto, lixo, abastecimento de água e drenagem), o saneamento foi o que apresentou os piores resultados e que avançou menos em relação à pesquisa anterior, em 2000. Em oito anos, só 135 cidades passaram a prestar o serviço. Os municípios sem rede de esgoto diminuíram apenas de 2.630 (em 2000) para 2.495 (em 2008). Nesse período, o número de domicílios sem rede de esgoto diminuiu apenas de 36 milhões (66,5% do total) para 32 milhões (56%).

A situação era mais grave nos estados mais pobres, no Norte e no Nordeste, e nas cidades menores, expondo desigualdades regionais. Enquanto 86,3% dos domicílios do Distrito Federal eram atendidos por rede geral de esgoto, em Rondônia o sistema só beneficiava 1,6% das residências. Quase a totalidade (99,8%) dos municípios paulistas prestava o serviço, mas no Piauí eram só 4,5%, na lanterna do ranking nacional.

### **Rio: 31 cidades não tratam o esgoto**

Mesmo no Sudeste, de onde vieram os melhores resultados, grande parte das cidades enfrentava graves deficiências em saneamento. No Rio, por exemplo, só cinco municípios (Teresópolis, Guapimirim, Mangaratiba, São Francisco do Itabapoana e Japeri) não tinham rede coletora, mas o serviço de saneamento era oferecido a menos da metade (49,2%) dos domicílios fluminenses.

Em Engenheiro Pedreira, distrito de Japeri, município com cerca de cem mil habitantes na Baixada Fluminense, a doméstica Ana Marcelina Lins, de 61 anos, instalou fossas sépticas no quintal para receber o esgoto. Mas na porta da sua casa

corre um valão. O córrego segue até o Rio Guandu, que quilômetros à frente receberá mais de 160 toneladas diárias de produtos químicos, a elevados custos ao estado, para ter suas águas tratadas e abastecer cerca de nove milhões de pessoas na cidade do Rio e em parte da Região Metropolitana.

— O esgoto de Engenheiro Pedreira vai todo para o Guandu. É bom que o povo do Rio, que consome essa água, saiba disso, e que aqui tentem uma solução — reivindica Ana, enquanto o município diz buscar parcerias com o estado e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para obras de saneamento.

Para André Castro, ex-presidente do Instituto Trata Brasil, esse desenvolvimento a passos lentos reflete o subdesenvolvimento que ainda persiste no país: — O Brasil se orgulha de estar se desenvolvendo e de poder ser, em alguns anos, a quarta ou quinta economia do mundo. Mas não prioriza questões básicas como saneamento. Isso é a prova do nosso subdesenvolvimento. Não adianta dizer que é desenvolvido se não garante condições básicas de vida.

De acordo com a pesquisa, a situação em 2008 era ainda mais grave quando o assunto era o tratamento do esgoto, o que só 28,5% dos municípios, menos de um terço deles, faziam. E mesmo as cidades que o coletavam, muitas despejavam esses efluentes sem qualquer cuidado na natureza, na maioria das vezes em rios.

No Rio, por exemplo, 31 municípios com rede de esgoto não o tratavam. Como resultado, rios degradados e obstáculos à recuperação de lagoas e da Baía de Guanabara, com prejuízos não só ao meio ambiente, mas também à saúde e à qualidade de vida de milhares de fluminenses.

O lixo e a água escura da Praia do Catalão, na Ilha do Fundão, são o retrato desse problema, a despeito dos milhões gastos em programas de despoluição da Baía. É nessa praia que o aposentado Genival de Oliveira, de 79 anos, morador da Favela Nova Holanda, passa parte de seus dias há mais de 50 anos, pescando. Mas, se antes voltava para casa com fartura de peixes, hoje o que mais traz do mar no anzol é plástico: — Chamo de “peixe-saco”. Às vezes passo o dia aqui, e volto para casa sem peixe. Todos os rios que chegam à Baía estão poluídos.

Na mesma praia, o serralheiro Rui Fernando Bastos, de 63 anos, morador de Bonsucesso, se exercita diariamente na curta faixa de areia que sobrou: — Bom é quando a maré leva todo o lixo embora e deixa a areia branquinha. Apesar de todo esse lixo, a natureza aqui sobrevive. Ainda espero ver este lugar livre da poluição.

COLABOROU: Carolina Benevides

### **Mais crianças catam lixo – O Globo – Capa – 21/08/2010**

Raíssa dos Reis, de 5 anos, ajudava ontem o pai a carregar latas de alumínio numa favela próxima ao aterro de Jardim Gramacho, em Caxias. “Aonde eu vou, ela vai atrás”, disse o pai. Segundo o IBGE, aumentou o número de crianças catadoras de lixo no país.

Em 2000, elas eram 5.393 e, oito anos depois, 5.636 (num universo de 70 mil catadores). Metade dos municípios ainda tem lixões.

**Número de crianças catadoras cresce e hoje é de 5.636** – Rafael Galdo, Duilo Victor e Efrém Ribeiro – O Globo – O País – 21/08/2010.

Houve aumento de 4,5% desde 2000.

Rio é o estado com maior taxa

RIO e TERESINA. Apesar de o trabalho infantil ser proibido no aterro controlado de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, é comum ver filhos de catadores nas favelas do entorno separando lixo para trocar por algo que seus pais não podem oferecer, como um doce. No Parque Planetário, favela próxima ao aterro, Raíssa dos Reis, de 5 anos, ajudava ontem o pai a carregar latas de alumínio até um dos atravessadores de lixo para reciclagem.

Uma realidade de 5.636 crianças com até 14 anos no universo de mais de 70 mil catadoras de lixo no país em 2008, segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008, divulgada ontem pelo IBGE. Entre os desejos, ir à escola e ganhar uma bicicleta. De 2000 a 2008 nada avançou no combate ao trabalho de crianças e adolescentes nos vazadouros de lixo. Pelo contrário, houve até pequena piora.

Em 2000, eram 5.393 crianças, 4,5% a menos que oito anos depois. No Parque Planetário, a menina Raíssa admitiu que o saco que carregava estava pesado, apesar de negar na frente do pai. E não escondia dois desejos: ir à escola e ganhar uma bicicleta. — Onde eu vou, ela vai atrás. Ainda não está na escola, mas vou botar quando chegar a idade — prometia o pai, Samuel dos Reis, que tem outros três filhos mais velhos e negou que a filha já tenha ficado doente por causa do contato com o lixo.

Presidente de uma cooperativa de catadores de Gramacho e um dos líderes da classe na região, Nilson José dos Santos explica que o trabalho infantil é menos frequente do que no passado. Mas a atividade dos catadores é tão dominante em Jardim Gramacho que as crianças revolvem o lixo que sobra do lado do aterro por conta própria, como alguns dos filhos de Mara Lúcia de Almeida, de 36 anos, com 11 filhos e catadora em Gramacho desde os 13 anos. — Nos últimos anos, porém, a mentalidade do catador mudou muito. As crianças agora estão na escola. O que não mudou foi o descaso do poder público — resume Nilson, que calcula 3.500 catadores em Gramacho.

Em 2008, o Rio era o estado com maior número de crianças catadoras no país: 1.150 entre seus 9.480 catadores, segundo reportaram municípios e entidades que trabalham com o lixo ao IBGE. Mas o ambientalista Sérgio Ricardo fala em mais de 40 mil catadores no estado, muitos deles crianças, que trabalham até nos vazadouros que proibiram sua presença, ou em lixões clandestinos.

No Piauí, por exemplo, havia 20 catadores com até 14 anos em 2008, segundo o IBGE. Mas a realidade parece diferente. Em Teresina, ainda com uniforme escolar, a menina Dângela Oliveira da Rocha, de 9 anos, andava esta semana sobre pneus e monitores de computadores quebrados no lixão do Morro da Esperança. A mãe, a catadora Rosângela Maria Oliveira Rocha, de 37 anos, justifica que, por uma questão de sobrevivência, leva Dângela para o lixão: — Sustento oito filhos sozinha. Queria que eles só estudassem, mas não dá.

Para melhorar a vida de pessoas como Rosângela, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovada pelo presidente Lula no início do mês, prevê incentivos a catadores. Mas, se levada em conta a PNSB 2008, os desafios a essa política são enormes.

A começar pelos lixões (a nova política institui o fim deles em quatro anos),

que de acordo com o IBGE ainda eram o destino do lixo de 50,8% das cidades em 2008, contra 22,3% para os aterros controlados (também considerados inadequados) e 27,7% para os aterros sanitários. Em relação a 2000, porém, houve avanços. Naquele ano, 72,3% das cidades utilizavam lixões. Mas a substituição desses vazadouros se concentrou basicamente em Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Os estados do Sul e Sudeste também se destacam na reciclagem do lixo, presente em 46% e 32,4% dos municípios dessas regiões, respectivamente, mas presente em apenas 994 municípios (17,8%) do país.

### **IPCA-15 registra nova deflação em agosto – Rennan Setti – O Globo – Economia – 21/08/2010**

Pelo segundo mês seguido, o índice recua 0,05%.

Analistas já apostam que BC pode manter juros básicos

Com a continuidade da queda nos preços dos alimentos, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) registrou deflação de 0,05% em agosto. O resultado veio abaixo das previsões de analistas, que esperavam, em média, alta de 0,07%.

O indicador havia caído 0,09% em julho. Em agosto do ano passado, o índice ficara positivo, em 0,23%. O recuo abriria caminho para manutenção das taxas de juros pelo Banco Central. Segundo o IBGE, o IPCA-15 subiu 4,44% nos últimos 12 meses — pouco abaixo do centro da meta de inflação do governo, que é de 4,50%. No ano de 2010, o acúmulo é de 3,21%.

O grupo dos alimentos puxou a queda da inflação oficial. Os itens ficaram 0,68% mais baratos no mês. Em julho, os preços haviam caído ainda mais: 0,80%. Não fosse a deflação dos alimentos, o IPCA-15 teria alta de 0,10% em agosto. Os alimentos cujos preços mais caíram foram a batata inglesa (-22,06%), o tomate (-21,89%), o açúcar cristal (-8,10%) e as hortaliças (-8,00%). — Os preços de alimentos estão desacelerando muito porque vêm de forte alta no início do ano, por causa de problemas climáticos e entressafras — avaliou Gian Barbosa, da Tendências Consultoria.

Já o preço dos produtos não alimentícios subiu 0,14%. Em julho, a alta fora de 0,12%. O que mais pesou foi o custo com educação, que aumentou 0,37% e contribuiu com 0,03 ponto percentual. Segundo economistas, a alta reflete reajustes para o segundo semestre. A educação teve a maior alta do ano, de 6%.

O grupo dos transportes também se destacou no índice, passando de -0,36% em julho para inflação de 0,02% neste mês. Por causa da entressafra da cana-de-açúcar, o etanol ficou 4,99% mais caro. No mês anterior, o combustível registrara queda de 3,15%. A gasolina também encareceu, saindo de queda de 0,53% para alta de 0,31%.

A deflação mais forte do que a esperada, pelo IPCA-15, obrigou analistas a reverem previsões para o IPCA de agosto e do fim do ano. A Tendências estima que o índice de agosto seja 0,05% e feche em 5%, dentro da meta.

João Carlos Gomes, da Fecomércio, acredita que a baixa inflação dará um alívio ao aperto monetário do Banco Central. — Não há necessidade de elevar os juros, porque o consumo vai crescer no final do ano, mas de forma sustentada. Gian Barbosa, da Tendências, critica o afrouxamento dos juros e alerta: — Há risco de



volta da inflação.

## **Fome Zero: segurança alimentar e desenvolvimento social** – Sítio Eletrônico do MDA – 27/08/2010

O Fome Zero – com mais de 33 programas e ações – apresenta números que impressionam. Após sete anos e meio, dados mostram que a estratégia, lançada em 2003, sustenta o avanço do desenvolvimento social no Brasil. Confirmam, ainda, compromisso do presidente Lula no combate à fome, em sua posse: “Quando todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar as três principais refeições diárias, terei cumprido a missão da minha vida”

**Brasília, 27** – Emblema do Brasil no enfrentamento de um dos problemas mais sérios e reconhecido e premiado no cenário internacional, o Fome Zero – com mais de 33 programas e ações – apresenta números que impressionam. Após sete anos e meio, os dados mostram que o Fome Zero, lançado em 2003, dá sustentação ao avanço consistente do desenvolvimento social no Brasil. Confirmam, ainda, o compromisso do presidente Lula no combate à fome. “Quando todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar as três principais refeições diárias, terei cumprido a missão da minha vida”, disse durante a cerimônia de posse como chefe do Poder Executivo Federal, em janeiro daquele ano.

Carro-chefe do Fome Zero, o Bolsa Família está presente hoje em 12,5 milhões de lares. Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) destacam ainda que, até agosto de 2010, foram inaugurados 65 bancos de alimentos em 17 estados atendendo mais de 700 mil pessoas. Os restaurantes populares já somam 86 unidades em 21 estados, proporcionando alimentação saudável com preços acessíveis a, aproximadamente, mais de 120 mil pessoas por dia. As cozinhas comunitárias já foram criadas em 22 estados e 434 municípios, totalizando 402 unidades que atendem cerca de 86 mil pessoas.

Nas escolas, o Fome Zero está presente por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Neste ano devem ser oferecidas 47 milhões de refeições diárias a alunos de escolas públicas, incluindo pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e escolas de comunidades indígenas e quilombolas. O orçamento do programa é de R\$ 3 bilhões, dos quais R\$ 900 milhões (30% do total) serão investidos em compra direta de alimentos de agricultores familiares. A educação alimentar também está presente na estratégia, por meio da distribuição de 92 milhões de cartilhas.

Para o acesso a água, informações do MDS destacam a parceria com a organização não governamental Articulação do Semiárido (ASA) na construção de 282.745 mil cisternas na região do semiárido brasileiro, beneficiando quase um milhão de pessoas.

**Dados** - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que esses programas e ações, entre outros, contribuíram para que 24,1 milhões de brasileiros saíssem da pobreza entre 2003 e

2008. O índice baixou de 42,7% para 28,8% de pessoas com renda de até meio salário mínimo. Já a extrema pobreza – renda domiciliar per capita abaixo de um quarto do salário mínimo por mês – caiu de 12% para 4,8% no mesmo período. “O Fome Zero contribuiu extraordinariamente para esse resultado”, enfatiza o presidente Lula.

Outras pesquisas do Instituto Polis, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal da Bahia, realizadas entre outubro de 2005 e março de 2006, indicam que a alimentação de 85,6% dos beneficiários do Bolsa Família melhorou após o recebimento dos recursos do programa. Para 94,2% dos entrevistados, o Bolsa Família proporciona a realização de três ou mais refeições ao dia. “Estamos vencendo a fome de maneira moderna e corajosa. E não há limite orçamentário para isto”, diz a ministra do Desenvolvimento Social, Márcia Lopes.

**Geração de Renda** – O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ampliou os recursos destinados ao crédito para os agricultores familiares – de 4,5 bilhões em 2003/2004 para 13 bilhões em 2009/2010. Ainda com objetivo de apoiar a agricultura familiar, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que, em sete anos, aplicou recursos da ordem de 2,7 bilhões de reais para a compra de 2,6 bilhões de toneladas em mais de 2.330 municípios de todos os estados.

Para gerar trabalho e renda para os beneficiários do Bolsa Família, os Ministérios do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego e do Turismo, sob coordenação da Casa Civil, têm investido no programa Próximo Passo. Em 21 estados e no Distrito Federal já foram qualificados para trabalhar nos setores da construção civil e turismo mais de 111 mil pessoas com investimento de R\$ 20 milhões. Além disso, a estratégia Fome Zero articula também ações do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (mais de 350 mil contratos foram assinados) e do Programa de Economia Solidária.

Em apoio às cadeias produtivas locais e ao fortalecimento e criação de empreendimentos econômicos autogeridos, o MDS, por meio do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social, formalizou convênios com os estados do Acre, Alagoas, Bahia e Ceará, Minas Gerais, Pará, Pernambuco e Sergipe, beneficiando 63.268 famílias. Além disso, 27.800 alunos com idade acima de 18 anos foram inscritos no reforço escolar, como fruto de articulação entre o MDS e a Petrobrás para participar do Plano Nacional de Qualificação do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp).

**Articulação, Mobilização e controle social** - Este eixo tem como proposta estimular a sociedade a firmar parcerias com o governo federal para a realização de campanhas de combate à fome e de segurança alimentar e nutricional. Mais de 200 projetos foram apoiados por meio de parcerias, beneficiando 5 mil empreendimentos até 2008. De 2004 a 2009, 300 mil pessoas foram capacitadas em processos de formação e mobilização cidadã e segurança alimentar.

Ainda neste ano, todo município terá ao menos um Centro de Referência em Assistência Social, totalizando 6.763 unidades em todo país. Esses centros articulam os serviços disponíveis em cada localidade, potencializando, coordenando e organizando a rede de proteção social básica intersetorialmente com políticas de

qualificação profissional, inclusão produtiva, cooperativismo e demais políticas públicas e sociais em busca de melhores condições para as famílias.

As ações e programas que integram a estratégia Fome Zero são acompanhados pelos Conselhos de Políticas Públicas compostos pela sociedade civil e poder público, que atuam na formulação de diretrizes e no controle social de acordo com seu âmbito de atuação, como exemplo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição.

**Metas do Milênio** – Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio surgiram da Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos 191 estados membros. A identidade do Fome Zero com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (ONU) é intrínseca ao cumprimento da primeira meta – erradicar a extrema pobreza e a fome até 2015. O Brasil já conseguiu reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza: de 8,8% da população em 1990 para 4,2% em 2005. Naquele ano, o governo federal se comprometeu a reduzir o número de brasileiros em pobreza extrema a 25% do total existente em 1990, e atingiu esta meta em 2007, agora o desafio maior é erradicar a extrema pobreza e a fome no Brasil até 2015.

O Fome Zero contribui ainda para o alcance de outros cinco objetivos: atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade na infância, melhorar a saúde materna e estabelecer uma Parceria Mundial para o desenvolvimento.

Em 2010, o Direito à Alimentação Adequada foi incluído na Constituição Federal no rol dos direitos sociais. Passamos a ter, no campo jurídico, um forte instrumento de garantia de todas as ações integradas pelo Fome Zero. O tema da segurança alimentar e nutricional ganhou ainda mais visibilidade na agenda política do país e do exterior.

No campo internacional, o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas concedeu ao presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva o título de "campeão mundial" no combate à fome e à desnutrição infantil. Para a diretora-executiva do órgão, Josette Sheeran, “o Fome Zero é uma estratégia holística”. Vários países procuram o Brasil em busca de cooperações técnicas para troca de conhecimentos no âmbito da Estratégia Fome Zero, confirmando que essa é uma estratégia importante para o combate a fome no cenário mundial.

Acesse o Boletim: [Fome Zero: segurança alimentar e desenvolvimento social](#)

*André Carvalho*

**Brasil está mais capacitado para produzir alimentos e biocombustíveis** – Sítio Eletrônico do MAPA – 30/08/2010

**Sertãozinho (SP), 30.8.2010** - O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, defendeu, nesta segunda-feira, 30 de agosto, a difusão de informações sobre a produção agropecuária brasileira para derrubar mitos como o da incompatibilidade entre produção de etanol e de alimentos. “Ainda há muita gente que desconhece a realidade do Brasil. Temos que trabalhar dando informação, não somos obrigados a aceitar que o desconhecimento gere preconceito”, disse.

Wagner Rossi fez a declaração no painel de abertura do 12º Fórum Internacional sobre o Futuro do Alcool, que acontece em Sertãozinho (SP). O encontro abre a agenda de trabalhos da 18ª Fenasucro - Feira Internacional da Indústria Sucroalcooleira e da 8ª Agrocana - Feira de Negócios e Tecnologia da Agricultura da Cana-de-Açúcar.

Ele mandou um recado aos investidores estrangeiros que participam do Fórum e visitarão a Fenasucro & Agrocana nos próximos dias. “É bom que eles saibam que estão vindo não só para a agricultura que hoje, no mundo, tem os maiores índices de crescimento tecnológico, de incorporação de ciência ao processo produtivo, mas também para a agricultura que tem os maiores índices de preservação no mundo produtivo”.

### **Mitos**

O ministro lembrou que a produção de cana é superior a 660 milhões de toneladas, mas ocupa menos de 1% do território nacional. “Como é que conseguiram criar aquele mito de que a cana estava invadindo áreas de produção de grãos?”, indagou. Ele lembrou que a safra de grãos deste ano atingiu a cifra recorde de 147 milhões de toneladas.

Outro dado mencionado por Wagner Rossi é o de que a produção de cana gera 28,5 bilhões de litros de etanol e 38 milhões de toneladas de açúcar. Ele lembrou que o setor sucroalcooleiro propiciou uma importante contribuição econômica e social para o Brasil. Além disso, em quase 50% da área ocupada pela cana há também produção de alimentos.

O ministro destacou, ainda, o empenho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na promoção do etanol nacional. Como exemplo, citou o incentivo aos carros flex, o zoneamento agroecológico (que indica as áreas aptas para o plantio) e a difusão do programa brasileiro de produção de biocombustíveis em foros internacionais. Também elogiou o dinamismo do empresariado do setor sucroalcooleiro.

Wagner Rossi citou os atuais desafios da agricultura: a desoneração da produção e a maior eficiência logística. Segundo o ministro da Agricultura, a questão da infraestrutura será alcançada com os investimentos das duas edições do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A Fenasucro & Agrocana é o maior encontro mundial do setor sucroenergético, referência em tecnologia e intercâmbio comercial para usinas brasileiras e profissionais que atuam em 40 países. Voltado para negócios, o evento é uma

oportunidade de encontro entre os principais fabricantes de equipamentos, fornecedores de produtos e serviços para a agroindústria da cana.

O evento acontece até 3 de setembro, no Centro de Eventos Zanini, em Sertãozinho (SP). Os visitantes poderão conhecer todas as etapas do processo de produção da cana-de-açúcar, que vai desde o preparo do solo, plantio, tratos culturais, colheita, industrialização, mecanização e aproveitamento dos subprodutos. (*Mylena Fiori*)

### **Capacitação orienta técnicos sobre Pronaf Sustentável – Sítio Eletrônico do MDA – 30/08/2010**

30/08/2010 00:00

Trinta profissionais que prestam assistência técnica a famílias assentadas em Candiota, Hulha Negra e Aceguá participam até sexta-feira (03), em Bagé (RS), da capacitação sobre Pronaf Sustentável, promovida pelo Inbra e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O evento faz parte do processo de implementação deste tipo de crédito na região.

O curso, que iniciou no último dia 26, orienta os técnicos sobre etapas necessárias para a execução do programa: o diagnóstico de unidades familiares e o uso do sistema informatizado, pelo qual é operado o Pronaf Sustentável.

O diagnóstico é o primeiro passo, onde são obtidas todas as informações referentes à situação atual da unidade familiar, identificando sua composição de pessoas (mão-de-obra), de patrimônio, de sistemas produtivos, de renda, dos aspectos ambientais, de infraestrutura, de mercado, de programas públicos e de suas carências e potencialidades.

Os dados são inseridos no sistema “Sig@Livre Sustentável”, o qual possui interface com demais aplicativos, páginas da internet e outros controles. Ele concentra todas as informações coletadas em campo, possibilitando realizar o planejamento e acompanhamento das ações.

A capacitação também aborda metodologias participativas do meio rural e práticas de geoprocessamento e sensoriamento remoto, necessárias para a complementação do planejamento das atividades produtivas de cada unidade familiar.

Ao longo do processo, outros municípios, como Pedras Altas e Pinheiro Machado, serão incorporados ao programa. Além do RS, o programa também está iniciando em alguns assentamentos da região Norte do país.

Programação

A primeira parte da capacitação, na semana passada, foi realizada na comunidade João Emílio, em Candiota. A partir desta segunda-feira(30), o curso acontece na Universidade da Região da Campanha (Urcamp) em Bagé, para facilitar o acesso online ao sistema. As atividades ocorrem das 8 às 18h.

Segunda-feira (30/8) – Metodologias participativas do meio rural (conceitos básicos, lógica do processo, estudo de dados secundários, sensibilização, diagnóstico e principais técnicas e sua aplicação no Pronaf Sustentável; Organização social e produtiva da agricultura familiar.

Terça-feira (31/8) – Legislação ambiental com ênfase na legislação estadual

Quarta-feira (01/9) – Apresentação do Siga@ Livre Sustentável (sistema para operacionalização do Pronaf Sustentável), com ênfase no diagnóstico

Quinta-feira (02/9) – Siga@ Livre Sustentável, com ênfase no planejamento

Sexta-feira (03/9) – Siga@ Livre Sustentável, com ênfase no monitoramento; encerramento.

### **Pronaf integra a nova Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sítio Eletrônico do MDA – 30/08/2010**

30/08/2010 00:00

Na última semana, foi assinado o decreto nº 7.272/2010, que instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), prevista pela Lei 11.346/2006, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan). O fortalecimento da agricultura familiar, povos indígenas e comunidades tradicionais é um dos objetivos dessa Política Nacional que visa promover a segurança alimentar e nutricional.

O decreto define diretrizes e objetivos da PNSAN e dispõe sobre a sua gestão, mecanismos de financiamento, monitoramento e avaliação, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Políticas e programas relacionados à agricultura familiar integram o decreto e devem compor o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Entre eles, os programas: Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de Aquisição de Alimentos (PAA) e Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e ações para regulação de preços dos alimentos, garantia de preços mínimos, entre outros.

Alguns dos objetivos específicos da Política Nacional abrangem a identificação dos fatores da insegurança alimentar e nutricional, a articulação de setores, o respeito à diversidade alimentar, a criação de instrumentos de exigibilidade, a proteção à

agricultura familiar e à biodiversidade, o estímulo a sistemas alimentares sustentáveis de base agroecológica e a inclusão da soberania alimentar como política de Estado.

O decreto na íntegra encontra-se no site:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm)

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**oppa** **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



Ministério do Desenvolvimento Agrário

